

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/2015

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE REDE VIRTUAL
PRIVADA.

Pregão Eletrônico nº 19/2015

Processo nº 4.782/2015

O Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que no dia e hora abaixo determinado, será realizada licitação para **REGISTRO DE PREÇOS** na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** que será regido pelo Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Estadual Nº 15.356, de 04 de junho de 2013; Decreto Estadual Nº 28.089 de 10 de janeiro de 2006 com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e respectivas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Edital e seus anexos, contendo todos os documentos, dados e informações necessárias à elaboração da proposta poderão ser obtidos no endereço eletrônico www.licitacoes.com.br, onde se encontra o link para o Sistema de Pregão Eletrônico, no qual ocorrerá a sessão pública, realizada por meio da Internet.

1.1.1. Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 03 (três) dias úteis anteriores à data do início da licitação, no seguinte endereço eletrônico **comissao_licitacao@idt.org.br**

1.2. As regras e condições do presente Pregão Eletrônico estão devidamente explicitadas neste Edital e seus anexos.

1.3. O Pregão a que se refere este Edital poderá ser adiado, revogado, por razões de interesse público, ou anulado, sem que caiba aos licitantes qualquer direito à indenização de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

1.4. Endereço para entrega de Documentação

- ✓ Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, Av. da Universidade, nº 2596, Benfica, Fortaleza – Ceará, CEP. 60.020-180.
- ✓ Horário Comercial.
- ✓ Conter no anverso do envelope o nome do pregoeiro, número do pregão e o nome do órgão.

1.5. Definições. Para fins desta licitação, consideram-se:

- ✓ IDT – Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
- ✓ CPL – Comissão Permanente de Licitação
- ✓ Proponente ou Licitante: a empresa que apresentar proposta nesta licitação, previamente credenciada perante o provedor do sistema eletrônico.

2. DO OBJETO

2.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação do serviço de Rede Virtual Privada (VPN) com monitoramento proativo entre a Sede do SINE/IDT e as Unidades de Atendimento, nas velocidades e tipos de acesso especificados no Termo de Referência – Anexo I.

3. DA ABERTURA

3.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação – em todas as suas fases, dirigida pelo pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

3.2. INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 23 de outubro de 2015

3.3. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 6 de novembro de 2015 às 09:00h

3.4. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 6 de novembro de 2015 às 09:15h

3.5. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o **horário de Brasília/DF**.

3.6. O certame será realizado por meio do sistema do Banco do Brasil, no endereço eletrônico: **www.licitacoes-e.com.br**.

3.7. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data, com divulgação no site do IDT.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão pelas fontes de recursos das dotações orçamentárias do IDT, a ser informada quando da lavratura do instrumento contratual.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Os interessados em participar deste certame deverão estar devidamente credenciados junto ao sistema do Banco do Brasil S.A, na página eletrônica www.licitacoes-e.com.br.

5.2. Será garantido aos licitantes enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas conforme os termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, o critério de desempate, preferência de contratação, previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu Capítulo V – DO ACESSO AOS MERCADOS / Das Aquisições Públicas.

5.2.1. Tratando-se de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, deverão declarar no Sistema do Banco do Brasil o exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/2006.

5.3. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

5.4. É vedada a participação de pessoa física, e de pessoa jurídica nos seguintes casos:

5.4.1. Sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua constituição.

5.4.2. Que tenham em comum um ou mais sócios cotistas e/ou prepostos com procuração.

5.4.3. Que estejam em estado de insolvência civil, sob processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

5.4.4. Suspensas temporariamente ou Impedidas de licitar e contratar com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT e/ou Administração Pública.

5.4.5. Declaradas inidôneas pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT e/ou Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta condição.

5.4.6. Empresas cujos dirigentes, gerentes ou sócios sejam empregados do IDT.

5.4.7. Empresa com sócio cotista que tenha parentesco até o 3º grau (consangüinidade e/ou afinidade) com algum membro da comissão de licitação e demais colaboradores direta ou indiretamente envolvidos no processo licitatório.

5.4.8. Estrangeiras não autorizadas a comercializar no país.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.1.1. Para o credenciamento, será necessário o comparecimento do representante legal da sociedade licitante a estabelecimento indicado pelo provedor do sistema, portando cópia do contrato social, do CNPJ e dos documentos pessoais dos sócios, do Termo de Adesão ao Regulamento (de utilização do sistema), do Termo de Nomeação de Representante, que habilitará a pessoa física indicada a realizar negócios em nome da pessoa jurídica credenciada.

6.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

6.3. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

6.4. O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao Pregão Eletrônico.

7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

7.1. As propostas comerciais serão recebidas exclusivamente por meio da Internet, no endereço eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**, “Acesso Identificado”, por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante, observando datas, prazos, horários e demais condições estabelecidas pelo instrumento convocatório.

7.2. O encaminhamento da proposta por meio eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação deste Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, **vedada a identificação do proponente**.

7.3. Para simples acompanhamento da licitação, o interessado poderá acessar na internet o endereço **www.licitacoes-e.com.br**, onde se encontra o link para o Sistema de Pregão Eletrônico.

7.4. Os proponentes poderão retirar ou substituir as propostas por eles apresentadas, até o término do prazo para recebimento, que se inicia com a divulgação da íntegra do Edital no site do Sistema do Banco do Brasil, até o dia e hora previstos no item 3.3. deste edital.

7.5. O campo “Informações Adicionais” poderá ser utilizado a critério do licitante.

7.6. Ao final da disputa, o licitante que tiver ofertado o menor preço deverá enviar ao IDT, juntamente com os documentos de habilitação, a **proposta comercial escrita** em papel timbrado da proponente, contendo obrigatoriamente, as seguintes informações:

7.6.1. Descrição clara do(s) objeto(s) a ser (em) fornecido(s), obedecendo ao modelo padronizado no ANEXO II.

7.6.2. Valor unitário de cada item e valor total.

7.6.3. Valor total da proposta por extenso.

7.6.4. Validade da proposta no mínimo **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua emissão.

7.6.5. O licitante **não poderá** cotar proposta com quantitativo de item/lote inferior ao determinado no edital.

7.6.6. Na cotação de preço unitário, será admitido o fracionamento do centavo somente no caso da determinação da expressão monetária de valores que necessitem da avaliação de grandezas inferiores ao centavo, sendo as frações resultantes desprezadas ao final dos cálculos.

7.6.7. Após a apresentação da proposta não caberá desistência.

7.6.8. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

7.7. A proposta deverá considerar:

7.7.1. Que a vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, com possibilidade de prorrogação ou antecipação, desde que pesquisa de mercado demonstre que os preços se mantêm vantajosos, conforme Termo de Referência - **ANEXO I**.

7.7.2. Que a proposta apresentada e os lances formulados devem incluir todas as despesas necessárias para a perfeita execução do objeto licitado, considerando além do lucro, todos os custos e as despesas incidentes, como por exemplo: IPI, ICMS, taxas, fretes, transporte, seguros, tributos de qualquer natureza, contribuições e qualquer outra incidência fiscal e/ou tributária.

7.7.3. Que na proposta comercial deverá constar expressamente a razão social, o número do CNPJ, da CEI, Registro de ISS, endereço, número da conta corrente, agência bancária, identificação do respectivo banco, número de telefone/fax, endereço e endereço eletrônico, conforme **ANEXO II**.

7.8. Os preços dos serviços serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional e apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

7.9. O preço global da proposta comercial escrita deverá ser o mesmo ofertado por lance durante a disputa eletrônica, salvo se houver tratativas realizadas com o pregoeiro, para obtenção de preço menor.

7.10. Os preços cotados e os valores faturados, em moeda corrente nacional, serão fixos, podendo ser reajustados desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da apresentação da proposta, mediante negociações entre as partes, tendo como limite máximo a variação do IGP/DI – FGV.

7.11. Pela elaboração da proposta, o proponente não terá direito a auferir qualquer vantagem, remuneração ou indenização.

7.12. A critério da Comissão de Licitação poderão ser relevados erros ou omissões formais e/ou materiais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

7.13. Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, ainda que não se tenha estabelecido limite mínimo.

8. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

8.1. A partir do horário previsto no item 3 (três) deste Edital terá início a sessão pública do pregão eletrônico, sendo conduzido pelo pregoeiro que cuidará do seu processamento e julgamento, podendo os licitantes a partir de então, encaminhar lances, utilizando-se exclusivamente do sistema eletrônico do Banco do Brasil.

8.1.1. Abertas as propostas, o pregoeiro fará as devidas verificações, avaliando a aceitabilidade das mesmas. Caso ocorra alguma desclassificação, será fundamentada e registrada no sistema.

8.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9. DA ETAPA DE LANCES

9.1. O pregoeiro dará início à etapa competitiva no horário previsto no subitem 3.4, quando, então, os licitantes devidamente conectados ao sistema, poderão encaminhar lances.

9.1.1. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento, horário de registro e valor.

9.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

9.1.3. Só serão aceitos os lances dos licitantes cujos valores forem inferiores ao último registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.2. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance, vedada a identificação do detentor do lance.

9.3. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.3.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, por meio de mensagem eletrônica no chat de mensagens www.licitacoes-e.com.br, divulgando data e hora para a reabertura da sessão.

9.4. A etapa normal de lances da sessão pública será encerrada por iniciativa do pregoeiro, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes. A partir de então transcorrerá período randômico de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual estará automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.5. O pregoeiro que detectar, na fase de lances, propostas que apresente preço global ou por lote ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, ainda que não se tenha estabelecido limite mínimo, poderá descartar os lances quais sejam e, a seu critério, poderá abrir procedimento administrativo para apuração de ato ilícito.

9.6. O pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, e bem assim, decidir sobre sua aceitação.

9.7. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

9.8. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro determinará ao proponente, que tenha apresentado o lance de menor preço que, no prazo de **2 (dois) dias úteis**, deverá entregar, na Comissão Permanente de Licitações, no endereço citado no item 1.4. deste edital, a proposta comercial, endereçada ao pregoeiro, juntamente com a documentação de habilitação constantes do item 12 deste Edital.

9.9. A proposta deverá ser apresentada preferencialmente em 2 (duas) vias, sendo uma original, com os preços ajustados ao menor lance, nos termos do **ANEXO II** deste Edital, com todas as folhas rubricadas e numeradas, devendo a última folha vir assinada obrigatoriamente pelo

representante legal do licitante citado na documentação de habilitação, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas, quantitativos, marca, modelo, referência, procedência e demais informações relativas ao material ofertado.

9.9.1. O não cumprimento da entrega da documentação, dentro dos prazos acima estabelecidos acarretará na desclassificação/inabilitação, sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

10. DOS ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

10.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço **comissao_licitacao@idt.org.br**, informando o número do pregão e o órgão interessado.

10.2. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do presente Pregão, mediante **petição por escrito**, protocolada no IDT, no endereço e horário constantes do subitem 1.4.

10.2.1. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente.

10.2.2. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pela área interessada, quando for o caso, decidir sobre a petição de impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.2.3. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. O julgamento desta licitação será feito pelo critério de “**menor preço por lote**”, observadas todas as condições definidas neste edital.

11.2. O licitante remanescente que esteja enquadrado no percentual estabelecido no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, no dia e hora designados pelo pregoeiro, será convocado na ordem de classificação, no “chat de mensagem”, para ofertar novo lance inferior ao melhor lance registrado no lote, para no prazo de 5 (cinco) minutos, utilizar-se do direito de preferência.

11.3. A Comissão Permanente de Licitação, antes de declarar o vencedor, promoverá a verificação da documentação relativa à habilitação do licitante que, na ordenação feita pelo pregoeiro, apresentou o menor preço.

11.4. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, a licitante autora da proposta ou lance de menor valor será habilitada e declarada vencedora do certame.

11.5. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante classificada em primeiro lugar for inabilitada, ou na hipótese de descumprimento de qualquer outra exigência estabelecida no instrumento convocatório, caberá à CPL autorizar o pregoeiro a examinar a oferta subsequente de menor preço, negociar com o seu autor, decidir sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificar as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

11.6. Declarado o licitante vencedor pela Comissão de Licitação, o pregoeiro consignará esta decisão e os eventos ocorridos em ata própria, que será disponibilizada pelo sistema eletrônico, a todos os licitantes.

11.7. Quando houver lotes com mais de um item, obrigatoriamente todos os itens do lote deverão ser cotados na proposta.

11.8. Serão desclassificadas as propostas comerciais:

- 11.8.1. Em condições ilegais, omissões, ou conflitos com as exigências deste edital.
- 11.8.2. Com preços superiores aos praticados no mercado, ou comprovadamente inexequíveis.
- 11.8.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. O licitante do lance de menor valor válido deverá protocolar a documentação original ou em cópia autenticada, prevista nos itens 12.2 a 12.6, e no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública, no endereço constante no subitem 1.4 do Edital em atenção à Comissão Permanente de Licitação do IDT, sob pena de desclassificação.

12.1.1. O licitante com sede fora do município de Fortaleza/Ceará deverá apresentar os documentos acima referidos, dentro do prazo fixado no item 12.1, usando SEDEX ou outro meio de eficiência e rapidez similares, sob pena de desclassificação.

12.1.2. **Os documentos deverão ser apresentados em original ou em cópias autenticadas.** As publicações feitas em órgão de imprensa oficial (com a devida identificação e data), inclusive aqueles emitidos pela Internet poderão ser entregues em cópias simples.

12.1.3. As Declaração(ões) e/ou Atestado(s), que certifiquem fornecimento, emitida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito privado devem estar escritas em **papel timbrado** e ter **firmas reconhecidas** de quem as emitiu.

12.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.2.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

12.2.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, as atas de eleição de seus diretores, regularmente registrado.

12.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ata de eleição da diretoria em exercício.

12.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.2.5. Documento de identidade e CPF do representante legal da licitante.

12.2.6. Em caso da Administração da Pessoa Jurídica seja feita por procuração, a mesma deverá ser reconhecida firma e deverá ser acompanhada do Documento de Identificação e CPF, tanto do outorgante como do outorgado.

12.3. DA HABILITAÇÃO FISCAL

12.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

12.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da licitante, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes **no prazo de sua validade**, composta de:

12.3.3.1. Prova de Regularidade Fiscal concernente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por meio de “Certidão Conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN”, dentro do prazo de validade;

12.3.3.2. Prova de situação regular para com a Fazenda Estadual da sede do licitante, que deverá ser feita por meio de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

12.3.3.3. Prova de situação regular para com a Fazenda Municipal da Sede do Licitante, que deverá ser feita por meio de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;

12.3.4. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (art. 27, alínea “a”, Lei nº 8.036, de 11/05/90), através da apresentação do CRC - Certificado da Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

12.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e considerando o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

12.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.4.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo Distribuidor Judicial, Justiça Ordinária, da sede do licitante com prazo de validade expresso na própria certidão.

12.5. HABILITAÇÃO TÉCNICA

12.5.1 Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de Declaração (ões) e/ou Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

12.5.2. Declaração de Indicação do **Representante Local**, na hipótese de empresa domiciliada fora de Fortaleza, com endereço e meios de contatos, conforme modelo no **ANEXO IV**, bem como possua poderes de representação comercial para a execução do contrato.

12.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES

12.6.1. O licitante deverá apresentar documento relativo ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, conforme **ANEXO III** - Declaração Especial que também contempla a declaração de inexistência de impedimento de participação em licitação.

12.6.2. Certidão emitida pela Junta Comercial ou outro documento que comprove o **enquadramento na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.**

12.7. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

12.7.1. Os documentos deverão estar válidos na data de entrega.

12.7.2. As certidões fiscais positivas, com efeito de negativa, serão aceitas.

12.7.3. Certidões de Dívidas/Falência e Certificados de Regularidade que não tenham prazo de validade constantes em seus textos serão consideradas válidas no presente certame licitatório por 30 (trinta) dias contados de sua expedição.

12.7.4. Não serão aceitos Declaração(ões) e/ou Atestado(s), que certifiquem fornecimento, de empresas participantes do presente certame licitatório que sejam emitidos por outra empresa, também, participante do mesmo Certame Licitatório, ou seja, **reciprocidade de Declaração(ões) e/ou Atestado(s).**

12.7.5. Havendo restrição quanto à **regularidade fiscal** da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, **cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame**, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

12.7.5.1. A não comprovação da regularidade fiscal, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

12.7.6. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas, inclusive mediante:

- a) substituição e apresentação de documentos ou,
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

12.7.7. A verificação será certificada pelo pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.7.8. O IDT não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

12.7.9. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, a licitante autora da proposta ou lance de menor valor será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.7.10. A Comissão de Licitação se reserva o direito de devolver à proponente, quaisquer documentos não solicitados, independente de encadernação ou numeração de páginas.

13. DA AVALIAÇÃO TÉCNICA

13.1. A CPL encaminhará a proposta da empresa declarada vencedora aos técnicos do IDT para confirmação do atendimento das especificações solicitadas no Edital.

13.2. A CPL tem a prerrogativa de fazer a visita às instalações próprias ou contratadas da empresa que apresentar menor preço, sendo acompanhada pelos técnicos do IDT, para confirmação do atendimento das especificações solicitadas no Edital e seus anexos.

14. ESPECIFICAÇÕES/EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DO SERVIÇO

14.1. Instalação e manutenção de link VPN com banda mínima e tipo de acessos especificados na Tabela de Links

14.2. Os serviços ofertados devem incluir a disponibilização de todos os recursos de conectividade e acessórios para o efetivo funcionamento da solução ofertada, tais como modems, conversores de mídia, alimentadores DC, cabos de rede, cabos elétricos etc.

14.3. Instalação e manutenção de Roteador para cada unidade de atendimento com as seguintes especificações mínimas:

- a) CPU de 400mhz;
- b) Memória RAM 32MB;
- c) Temperatura de operação entre 0° e 40° C;
- d) 05 portas ethernet 10/100Mbps;
- e) Suporte a servidor DHCP;
- f) Suporte a NAT (Network Address Translation);
- g) Suporte a VPN IPSEC 3DES;

14.4. Instalação e manutenção de Switches de rede local, de acordo com a quantidade de estações de rede listadas na Tabela de Links, exceto para o ponto principal (Sede da Licitante), com as seguintes especificações mínimas:

- a) Temperatura de operação entre 0° e 40° C;
- b) Quantidade de portas de acordo com a coluna “QTDE DE ESTAÇÕES DE REDE” para cada unidade;
- c) Portas ethernet 10/100Mbps;
- d) Suporte a priorização de pacotes IEEE802.1p Priority Queueing (CoS);
- e) Auto MDI/MDI-X para detecção automática do padrão do cabo (normal/crossover).

14.5. Monitoramento proativo dos links e dos roteadores com os seguintes recursos:

- a) Sistema baseado no padrão WEB acessível via Internet com disponibilização de 4 (quatro) credenciais para o Licitante;
- b) Mapa geográfico com o posicionamento e status de funcionamento (alarmes) de cada unidade;
- c) Gráfico de utilização de banda em tempo real, 2 dias, 30 dias e 1 ano;
- d) Medição de disponibilidade do link das unidades de acordo com o horário de funcionamento das mesmas;
- e) Monitoramento dos recursos de CPU e memória do roteador;
- f) Relatório mensal de disponibilidade e utilização de banda de cada unidade com envio automático por e-mail;

14.6. Atender o link principal (Sede da Licitante) com fibra óptica redundante por caminhos distintos até o ponto de presença da Licitada.

14.7. Fornecer fibra apagada entre a Sede do IDT e o prédio anexo do PROJOVEM, incluindo a manutenção da fibra.

15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Depois de declarado o vencedor, **no prazo de até 4h úteis** e em campo próprio do sistema, qualquer licitante poderá manifestar de forma motivada a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de **três dias** para apresentar o recurso com suas razões, ficando os demais licitantes, desde logo, convidados a apresentar contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.1.1. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

15.1.2. As razões e contra-razões de recurso deverão ser enviadas para: Comissão Permanente de Licitação, no endereço constante no subitem 1.4., nos prazos acima definidos.

15.1.3. O licitante com sede fora do município de Fortaleza/Ceará deverá encaminhar as razões ou contra-razões, dentro do prazo fixado no item 15.1, via SEDEX ou outro meio de eficiência e rapidez similares, sob pena de desclassificação.

15.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

15.3. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da CPL. Reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o Pregoeiro o recurso à autoridade superior, que ratificará ou não, de forma fundamentada.

15.5. A decisão em grau de recurso será definitiva, e dela dar-se-á conhecimento aos licitantes, no endereço eletrônico constante no subitem 3.6. deste edital.

15.6. Os casos omissos ao presente Pregão Eletrônico serão solucionados pela CPL e as questões relativas ao sistema, diretamente com o Banco do Brasil.

15.7. É facultado ao IDT, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. A adjudicação dar-se-á pelo pregoeiro quando não ocorrer interposição de recursos. Caso contrário, a adjudicação ficará a cargo da autoridade superior.

16.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao vencedor.

16.3. O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Será cadastrado o preço ofertado pela empresa declarada vencedora, no prazo e condições propostos, viabilizando a aquisição futura na medida das necessidades.

17.2. No decorrer da lavratura da Ata de Registro de Preços, ao preço do primeiro colocado, poderão ser registrados, se for o caso, mais 02 (dois) fornecedores, devidamente habilitados, registrando-se até o terceiro classificado respeitada a ordem de classificação das postostas.

17.3. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

17.4. O Registro de Preços não importa em direito subjetivo à contratação de quem ofertou o preço registrado, sendo facultada a contratação de terceiros sempre que houver preços mais vantajosos ou em função de necessidades não previstas ou por motivo de força maior.

17.4.1. O IDT poderá instaurar licitações específicas para a aquisição de serviços similares ao objeto, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

17.5. As quantidades são estimadas, não havendo obrigatoriedade por parte do IDT, em demandar a sua aquisição total, sendo que somente serão pagos os serviços efetivamente fornecidos.

17.6. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao IDT promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, resguardado o limite definido pelo índice IPCA/IBGE (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado nos últimos doze meses, ou outro índice que vier a substituí-lo.

17.6.1. O detentor de preços registrados que descumprir as condições da Ata de Registro de Preços recusando-se a fornecer o objeto licitado aos participantes do SRP (Sistema de Registro de Preços), não aceitando reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado, ou nos casos em que for declarado inidôneo ou impedido para licitar e contratar com o IDT, e ainda, por razões de interesse público, devidamente fundamentado, terá o seu registro cancelado, sendo chamados os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação.

17.6.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornasse superior ao preço praticado no mercado o IDT deverá:

- a) convocar os fornecedores visando à negociação para redução dos preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, os fornecedores serão liberados do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

17.6.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e os fornecedores, mediante requerimento devidamente comprovado, não puderem cumprir o compromisso, o IDT poderá:

- a) liberar os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

17.6.4. Não havendo êxito nas negociações, o IDT deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17.7. O licitante deixará de ter o seu preço registrado quando:

- a) deixar de cumprir as condições assumidas no instrumento por ele assinado;
- b) não aceitar reduzir o preço registrado, quando se tornar superior ao praticado pelo mercado;
- c) quando, justificadamente, não for mais do interesse do IDT.

17.8. Após a adjudicação e homologação do resultado, a proponente vencedora será notificada para comparecer em local designado para a formalização da Ata de Registro de Preços, na qual deverá constar, dentre outras condições, o compromisso de entregar os serviços na medida das necessidades que lhe forem apresentadas.

17.9. Dentro de prazo de vigência do Registro de Preços, as licitantes que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento dos serviços, desde que obedecidas às condições deste Edital e da respectiva Ata de Registro de Preços.

17.10. Caso a proponente vencedora não atenda a convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, poderá ser convocada a segunda colocada na ordem de classificação, ou proceder à nova licitação.

18. DA CONTRATAÇÃO

18.1. O IDT convocará regularmente para assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/93. Este prazo poderá ser prorrogado por igual período.

18.2. O contrato terá vigência de até **12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do § 1º do art. 57, da Lei 8.666/93.

18.2.1. Por ocasião da eventual prorrogação do(s) contrato(s), será apurado o preço médio dos itens licitados. Se este estiver acima do valor ajustado originariamente, a Contratada fará jus a reajuste com base no IPCA acumulado nos últimos doze meses, ou outro índice que vier a substituí-lo, ficando a Contratada obrigada a apresentar memorial descritivo dos insumos que provocaram o aumento dos preços. Caso contrário, a Contratada será convidada a ofertar desconto sobre o valor, ocasião em que será avaliada a vantajosidade dessa proposta, na conformidade do art. 57, da Lei 8.666/93.

18.3. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

18.4. A contratada obriga-se a:

18.4.1. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pela execução do objeto deste contrato, podendo transferir parte da execução para empresa especializada, permanecendo contudo, perante a contratante, como única responsável pela execução total do objeto, de modo que, pelos atos ou omissões da sublocada, ela é plenamente responsável.

18.4.2. Entregar e executar o objeto da contratação em conformidade com as condições deste instrumento, nas quantidades, qualidade e nos prazos indicados no Termo de Referência.

18.4.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

18.4.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

18.4.5. Atender a todas as obrigações de natureza fiscal que incidam ou venham a incidir sobre os fornecimentos e distribuições contratados.

18.4.6. Assumir plena e irrestrita responsabilidade por qualquer acidente ou incidente ocorrido, isentando totalmente o IDT de todas e quaisquer reclamações e indenizações que possam surgir em decorrência dos mesmos.

18.4.7. Instruir seu(s) empregado(s) e/ou prepostos, para que, ao entrar(em) nas dependências do IDT, apresente(m) sua identificação ao responsável pela portaria (recepção), para fim de registro.

18.4.8. Notificar o IDT, por escrito, caso ocorra qualquer fato que impossibilite o cumprimento das cláusulas contratuais dentro dos prazos previstos.

18.4.9. Aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado.

18.4.10. Na hipótese de empresa domiciliada fora de Fortaleza, o licitante deverá indicar representante, com poder de decisão, que tenha estabelecimento no município de Fortaleza e/ou Região Metropolitana, para representá-lo durante a execução do contrato.

18.4.11. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

18.4.12. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações do Termo de Referência, no prazo fixado pelo órgão Contratante, contado da sua notificação.

18.4.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a Contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

18.4.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 14, 17, e do 20 ao 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

18.4.15. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

18.4.16. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

18.4.17. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

18.4.18. Manter atualizada, toda a documentação de habilitação, durante a vigência do contrato.

18.5. A contratante deverá assumir as seguintes obrigações:

18.5.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Autorização de Serviços.

18.5.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

18.5.3. Notificar a contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto contratual.

18.5.4. Aplicar as sanções e penalidades previstas no edital e no presente instrumento, na hipótese de a Contratada não cumprir no todo ou em parte o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e quantidade dos serviços, arcando a referida Contratada com quaisquer prejuízos que tal ato venha acarretar ao Contratante.

18.5.5. Emitir atestados de capacidade técnica quando solicitados.

18.5.6. Zelar pela pontualidade dos pagamentos decorrentes da execução do contrato, inclusive, aqueles devidos pelos beneficiários.

18.5.7. Receber provisório e definitivamente o objeto da presente aquisição com as características de quantidade, qualidade e nos prazos acima indicados.

18.5.8. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

18.5.9. Atestar o recebimento do objeto acima referido.

18.5.10. Exigir as certidões comprobatórias da regular situação da contratada para com as fazendas federal, estadual e municipal.

18.5.11. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas neste Edital.

19. DO OBJETO, DO PRAZO DE INSTALAÇÃO E INÍCIO DOS SERVIÇOS

19.1. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

19.2. O prazo de entrega dos serviços de comunicação de dados com os links plenamente operacionais e em conformidade com o especificado no Termo de Referência será de no máximo 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será efetuado até 10 (dez) dias contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Recibo devidamente atestado pelo gestor da contratação acompanhado das respectivas Notas Fiscais, e das **Provas de Regularidades com a fazenda Estadual e Municipal** e das **Provas de Regularidades da Fazenda Federal (Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS), FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, diretamente na Sede Estadual do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, sito a Av. da Universidade, 2596 – Benfica,

Fortaleza – Ce. A nota fiscal deverá conter o atesto de serviço executado devidamente assinado pelo técnico responsável do IDT.

20.2. Os pagamentos serão realizados, mediante emissão de cheque nominal ou depósito em conta bancária.

20.3. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à Contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

20.4. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

20.5. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O licitante que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 32, do Decreto Estadual nº 28.089/2006, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, estará sujeito às seguintes penalidades:

21.1.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

21.1.2. Impedimento de licitar e contratar com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

21.2. O licitante recolherá a multa por meio de pagamento na Tesouraria do IDT podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão Contratante. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

21.2.1. As multas porventura aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pela Contratante ou cobradas diretamente da Contratada, administrativa ou judicialmente, e podendo ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

21.2.2. O atraso injustificado no prazo de fornecimento implicará multa correspondente a 3,33% (três vírgula trinta e três por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato ou da parcela dos serviços não cumprida, até o limite de **10%** (dez por cento) desse valor.

21.2.3. Na hipótese mencionada no item anterior, o atraso injustificado por período **superior a 05(cinco) dias** caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a rescisão unilateral do contrato e suas conseqüências, e da aplicação da sanção prevista no item 21.1.2.

21.2.4. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da Contratante.

21.3. Sempre que não houver prejuízo para a Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

21.4. As aplicações das penalidades serão precedidas de concessões de oportunidades de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

22. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

22.1. O Contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática conluída”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**:
- (1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;
 - (2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

22.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

22.3. Considerando os propósitos dos itens acima, o licitante vencedor como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

22.4. O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Esta licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente revogá-la por razões de interesse público, anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada, sem quaisquer reclamações ou direitos à indenização ou reembolso.

23.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitadas a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

23.3. O descumprimento de prazos, estabelecidos no edital ou pelo pregoeiro ensejará desclassificação ou inabilitação do licitante.

23.4. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.5. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

23.6. O pregoeiro poderá sanar erros formais que não acarretem prejuízos para o objeto da licitação, a Administração e os licitantes, dentre estes, os decorrentes de operações aritméticas.

23.7. O pregoeiro que ao observar, em qualquer fase do certame, que algum licitante ou grupo de licitantes realize atos intencionais e temerários, que possam resultar em fracasso ou à frustração da presente licitação, poderá aplicar ao(s) licitante(s) responsável (eis) sanções e penalidades previstas no Capítulo IV - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TUTELA JUDICIAL, da Lei Federal nº 8.666/93.

23.8. O pregoeiro poderá desclassificar a proponente vencedora, caso tenha conhecimento de qualquer fato anterior ou posterior ao julgamento desta licitação que venha desaboná-la técnica, financeira ou administrativamente, não lhe cabendo direito a qualquer reclamação, indenização ou ressarcimento.

23.9. No caso de se constatar a inveracidade de qualquer das informações e/ou documentos fornecidos por qualquer proponente, poderá ele sofrer, a critério do IDT, isolada ou cumulativamente:

23.9.1. Não adjudicação do pedido, sem prejuízo das penalidades previstas, se o Proponente tiver obtido a primeira classificação e a adjudicação ainda não lhe tiver sido efetuada.

23.9.2. Cancelamento do Registro de Preços.

23.9.3. Suspensão do direito de contratação junto ao IDT.

23.10. Das sessões públicas de processamento do Pregão Eletrônico será lavrada ata circunstanciada.

23.11. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.

23.12. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos **www.idt.org.br** e **www.licitacoes-e.com.br**.

23.13. Na hipótese de inabilitação e/ou desclassificação de todos os licitantes, o IDT decretará como fracassado o lote ou todos os lotes e poderá relançar os mesmos em novo Edital.

23.14. As condições estabelecidas neste Edital, no que se aplicar, farão parte da Ata de Registro de Preços correspondente, independentemente de transcrição em seu texto.

23.15. Cópias deste Edital e/ou quaisquer documentos que venham a compor o processo custarão R\$ 0,30 (trinta) centavos por folha, devendo ser pago junto a Tesouraria do IDT.

24. DO FORO

24.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado do Ceará.

25. DOS ANEXOS

25.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO III – DECLARAÇÃO ESPECIAL

ANEXO IV – REPRESENTANTE LOCAL

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

Fortaleza, 14 de outubro de 2015.

Valdenia Maria Andrade Araújo
Presidente

Adriana de Cássia Gomes Benício
Pregoeira

Paulo Sérgio Ferreira Lima
Apoio

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

01. OBJETO

01.01. Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação do serviço de Rede Virtual Privada (VPN) com monitoramento proativo entre a Sede do SINE/IDT e as Unidades de Atendimento, nas velocidades e tipos de acesso especificados conforme **Tabela de Links** abaixo, item 03.

02. JUSTIFICATIVA

02.01. Para se garantir o funcionamento dos serviços e sistemas do SINE IDT, torna-se imprescindível a contratação de serviço de comunicação que fará a interligação de dados entre a Sede e as unidades remotas da rede através de fibra óptica, pois, é o meio de acesso que pode garantir a qualidade e disponibilidade necessárias ao pleno funcionamento, sem prejuízos aos cidadãos que necessitam dos serviços prestados pelo SINE IDT.

03. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

03.01. As quantidades são estimadas, não havendo obrigatoriedade por parte do IDT, em demandar a aquisição total, sendo que somente serão pagos os serviços efetivamente solicitados pelo IDT.

ITEM	UNIDADES DE ATENDIMENTO	ENDEREÇO	VELOCIDADE EM Mbps	TIPO DE ACESSO	ESTAÇÕES DE REDE
FORTALEZA E RMF					
1.	SEDE DO IDT	Av. Universidade, 2596, Benfica - Fortaleza/CE - CEP: 60.020-180	100	FIBRA ÓPTICA	362
2.	DATA CENTER (link de comunicação com storage backup)	Av. Santos Dumont, 2626 salas 19 e 20 - Aldeota - Fortaleza/CE - CEP 60.150-161	20	FIBRA ÓPTICA	-
3.	SNOC (monitoramento dos firewalls)	Rua Desembargador Leite Albuquerque, 816, 3º andar - Fortaleza/CE - CEP: 60.150-150	5	FIBRA ÓPTICA	-
4.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DA ALDEOTA	Av. Santos Dumont, 5015, Aldeota -Fortaleza/CE - CEP: 60.150-162	5	FIBRA ÓPTICA	17
5.	UNIDADE DE ATENDIMENTO AQUIRAZ	Rua Capitão Mor, 37, Centro - Aquiraz/CE CEP: 61.700-000	5	FIBRA ÓPTICA	8
6.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DA BARRA DO CEARA	Av. Francisco Sá, 6485, Barra do Ceará - Fortaleza/CE - CEP: 60.330-875	5	FIBRA ÓPTICA	16
7.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DA CAUCAIA	Rua Juaci Sampaio Ponte, 2076, Centro - Caucaia/CE - CEP: 61.600-150	5	FIBRA ÓPTICA	11
8.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE CASCAVEL	Av. Dr. Pedro de Queiroz Ferreira, 1891 - Centro - Cascavel/CE - CEP: 62.850-000	5	FIBRA ÓPTICA	7
9.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DO CENTRO	Rua Assunção, 699, Centro - Fortaleza/CE – CEP: 60.840-045	5	FIBRA ÓPTICA	67
10.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DO CTA	Rua Floriano Peixoto, 1375, Centro - Fortaleza/CE - CEP: 60.025-131	5	FIBRA ÓPTICA	15
11.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DO EUSÉBIO	Rua Irmã Ambrosina , 83, Centro –Eusébio/CE - CEP: 61.760-000	5	FIBRA ÓPTICA	6
12.	UNIDADE DE ATENDIMENTO HORIZONTE	Av. Pres. Castelo Branco, 4591, Centro - Horizonte/CE - CEP: 62.880-000	5	FIBRA ÓPTICA	9

13.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE MARACANAÚ	Av. Do Contorno, 615, 1º Distrito Industrial - Maracanaú/CE - CEP: 61.939-160	5	FIBRA ÓPTICA	18
14.	UNIDADE DE ATENDIMENTO MARANGUAPE	Rua Mundica Paula, 216, Centro - Maranguape/CE - CEP: 61.940-145	5	FIBRA ÓPTICA	9
15.	UNIDADE DE ATENDIMENTO MESSEJANA	Rua Dr. Pergentino Maia 813 A, Messejana - Fortaleza/CE - CEP: 60.840-110	5	FIBRA ÓPTICA	25
16.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE PACAJUS	Rua Luis Claudio, S/N, Centro - Pacajus/CE - CEP: 62.870-000	5	FIBRA ÓPTICA	8
17.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE PACATUBA	Rua Coronel José Libânio, 412 C, Centro - Pacatuba/CE - CEP: 61.800-000	5	FIBRA ÓPTICA	8
18.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DA PARANGABA	Av. João Pessoa, 6239, Parangaba - Fortaleza/CE - CEP: 60.435-682	5	FIBRA ÓPTICA	33
19.	UNIDADE DE ATENDIMENTO PECÉM	Rua Francisco Cândio, S/N, Pecém - São Gonçalo do Amarante/CE - CEP: 62.674-000	5	FIBRA ÓPTICA	11
20.	BALCÃO DE EMPREGO CDL	Rua 25 de Março, 882 - Centro - Fortaleza/CE - CEP: 60.001-970	5	FIBRA ÓPTICA	2
21.	BALCÃO DE EMPREGO DO SHOPPING BENFICA	Av. Carapinima, 2200, Benfica - Fortaleza/CE - CEP: 60.015-220	5	FIBRA ÓPTICA	3
22.	BALCÃO DE EMPREGO DO SHOPPING DIOGO	Rua Barão do Rio Branco, 2059, 1º andar - Shopping Diogo, Centro - Fortaleza/CE - CEP: 60.025-903	5	FIBRA ÓPTICA	3
INTERIOR					
23.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE ARACATI	Rua Cel. Alexanzito, 447, Centro - CEP: 62.800-000	5	FIBRA ÓPTICA	8
24.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE BARBALHA	Rua dos Carris, 12 Centro - Barbalha/CE - CEP: 63.180-000	5	FIBRA ÓPTICA	6
25.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE BATURITÉ	Av. Francisco Braga Filho, 1015, Conselheiro Estelita - Baturité/CE - CEP: 62.760-000	5	FIBRA ÓPTICA	4
26.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE CAMOCIM	Rua Paissandu, 1801, Centro - Camocim/CE - CEP: 62.400-000	5	FIBRA ÓPTICA	8
27.	UNIDADE DE ATENDIMENTO CANINDÉ	Praça Nem Martins, 2164, Centro - Canindé/CE - CEP: 62.700-000	5	FIBRA ÓPTICA	6
28.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE CRATEÚS	Rua Coronel Zezé, 1216, Centro - Crateús/CE - CEP: 63.700-000	5	FIBRA ÓPTICA	8
29.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DO CRATO	Rua Monsenhor Esmeraldo, 686, Centro - Crato/CE - CEP: 63.100-000	5	FIBRA ÓPTICA	8
30.	UNIDADE DE ATENDIMENTO IGUATÚ	Rua Cel. Gustavo Correia, 171, Centro - Iguatu/CE - CEP: 63.500-029	5	FIBRA ÓPTICA	9
31.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE ITAPIPOCA	Rua Mons. Tabosa, 2989, Coqueiro - Itapipoca/CE - CEP: 62.500-000	5	FIBRA ÓPTICA	7
32.	UNIDADE DE ATENDIMENTO JUAZEIRO DO NORTE	Rua José Marrocos, S/N, Santa Tereza - Juazeiro do Norte/CE - CEP: 63.050-240	5	FIBRA ÓPTICA	12
33.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE LIMOEIRO DO NORTE	Rua José Satino, 120, Centro - Limoeiro do Norte/CE - CEP: 62.930-000	5	FIBRA ÓPTICA	9
34.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE MORADA NOVA	Av. Manoel Castro de Andrade, 301, Centro - Morada Nova/CE - CEP: 62.940-000	5	FIBRA ÓPTICA	5
35.	UNIDADE DE ATENDIMENTO QUIXADÁ	Rua Dr. Rui Maia, 420, Centro - Quixadá/CE - CEP: 63.900-970	5	FIBRA ÓPTICA	10

36.	UNIDADE DE ATENDIMENTO QUIXERAMOBIM	Rua: Dona Francisca Santiago, 30, Centro - Quixeramobim/CE - CEP: 63.800-000	5	FIBRA ÓPTICA	7
37.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE RUSSAS	Rua Cel. Araújo Lima, 1458 A, Centro - Russas/CE - CEP: 62.900-000	5	FIBRA ÓPTICA	9
38.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE SOBRAL	Rua Paulo Aragão, 659, Centro - Sobral/CE - CEP: 62.011-250	5	FIBRA ÓPTICA	19
39.	UNIDADE DE ATENDIMENTO TAUÁ	Av. Odilon Aguiar, 19 - Centro - Tauá/CE - CEP: 63.660-000	5	FIBRA ÓPTICA	5
40.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE TIANGUA	Av. Prefeito Jaques Nunes, 1.411, Centro - Tiangua/CE - CEP: 62.320-000	5	FIBRA ÓPTICA	4
41.	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE UBAJARA	Rua Esmerino Magalhães, 214, Centro - Ubajara/CE - CEP: 62.350-000	5	FIBRA ÓPTICA	8
PROJOVEM					
42.	SEDE DO PROJOVEM	Av. Universidade, 2567, Benfica - Fortaleza/CE - CEP: 60.020-180	1.024	FIBRA ÓPTICA	46
43.	POLO DE QUIXERAMOBIM	Rua Desembargador Américo Militão, 361, Centro - Quixeramobim/CE - CEP: 60.800-000	5	FIBRA ÓPTICA	8
44.	POLO DE TIANGUA	Rua Teófilo Ramos, 397, Centro - Tianguá/CE - CEP: 62.320-000	5	FIBRA ÓPTICA	13

03.02. ESPECIFICAÇÕES/EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DO SERVIÇO

03.02.01. Instalação e manutenção de link VPN com banda mínima e tipo de acessos especificados na Tabela de Links.

03.02.02. Os serviços ofertados devem incluir a disponibilização de todos os recursos de conectividade e acessórios para o efetivo funcionamento da solução ofertada, tais como modems, conversores de mídia, alimentadores DC, cabos de rede, cabos elétricos etc.

03.02.03. Instalação e manutenção de Roteador para cada unidade de atendimento com as seguintes especificações mínimas:

- a) CPU de 400mhz;
- b) Memória RAM 32MB;
- c) Temperatura de operação entre 0° e 40° C;
- d) 05 portas ethernet 10/100Mbps;
- e) Suporte a servidor DHCP;
- f) Suporte a NAT (Network Address Translation);
- g) Suporte a VPN IPSEC 3DES;

03.02.04. Instalação e manutenção de Switches de rede local, de acordo com a quantidade de estações de rede listadas na Tabela de Links, exceto para o ponto principal (Sede da Licitante), com as seguintes especificações mínimas:

- a) Temperatura de operação entre 0° e 40° C;
- b) Quantidade de portas de acordo com a coluna “QTDE DE ESTAÇÕES DE REDE” para cada unidade;
- c) Portas ethernet 10/100Mbps;
- d) Suporte a priorização de pacotes IEEE802.1p Priority Queueing (CoS);
- e) Auto MDI/MDI-X para detecção automática do padrão do cabo (normal/crossover).

03.02.05. Monitoramento proativo dos links e dos roteadores com os seguintes recursos:

- a) Sistema baseado no padrão WEB acessível via Internet com disponibilização de 4 (quatro) credenciais para o Licitante;
- b) Mapa geográfico com o posicionamento e status de funcionamento (alarmes) de cada unidade;
- c) Gráfico de utilização de banda em tempo real, 2 dias, 30 dias e 1 ano;
- d) Medição de disponibilidade do link das unidades de acordo com o horário de funcionamento das mesmas;
- e) Monitoramento dos recursos de CPU e memória do roteador;
- f) Relatório mensal de disponibilidade e utilização de banda de cada unidade com envio automático por e-mail;

03.02.06. Atender o link principal (Sede da Licitante) com fibra óptica redundante por caminhos distintos até o ponto de presença da Licitada.

03.02.07. Fornecer fibra apagada entre a Sede do IDT e o prédio anexo do PROJOVEM, incluindo a manutenção da fibra.

03.03. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

03.03.01. A velocidade dos links deverá ser efetiva, full-duplex;

03.03.02. A contratada deverá comprovar que já fornece serviço de VPN com empresa ou órgão público em que possua pelo menos 20 pontos remotos no estado do Ceará;

03.03.03. Os links deverão permitir o tráfego de toda a suíte de protocolos que compõe o padrão TCP/IP e os roteadores deverão suportar o protocolo de roteamento RIP v2 (RFC 2080), incluindo suporte a encaminhamento de pacotes através de multicast;

03.03.04. Os links serão sempre implementados por meio de acessos dedicados e permanentes, utilizando qualquer tecnologia que garanta o cumprimento dos Acordos de Níveis de Serviço desse Termo de Referência;

03.03.05. A CONTRATADA deverá garantir a segurança e a integridade dos dados quando os mesmo estiverem dentro de sua rede de comunicação;

03.04. DA GARANTIA E PRAZOS DE ATENDIMENTO:

03.04.01. Garantir o pleno funcionamento do escopo do serviço contido no TERMO DE REFERÊNCIA atendendo os seguintes prazos de manutenção, contados a partir da abertura do chamado técnico de manutenção:

- a) Tempo de solução até 6 (seis) horas corridas para a capital;
- b) Tempo de solução até 12 (doze) horas corridas para as cidades do interior.
- c) Acordo de Níveis de Serviço:
- d) Disponibilidade mensal do link da sede IDT: 99%
- e) Disponibilidade mensal do link das unidades remotas: 98%
- f) Latência máxima até o ponto principal da rede (Sede Licitante): 40ms
- g) Perda de pacote máxima: 1%

03.04.02. A CONTRATADA obriga-se a dar garantia integral sobre o serviço disponibilizado, incluindo equipamento e todos os seus componentes, com cobertura total de peças e serviços, incluindo deslocamentos de técnicos, quando necessários, nas seguintes condições:

- a) Os serviços de manutenção deverão ser prestados nos locais onde estão instalados;
- b) Os serviços de assistência técnica deverão ser prestados diretamente pela empresa CONTRATADA no período de 07:00h às 18:00h, de segunda-feira à sexta-feira, de acordo com o horário de funcionamento dos órgãos/entidades;
- c) A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar número telefônico e/ou serviço WEB (em português), para registro do chamado técnico;
- d) A CONTRATADA deverá possuir Centro de Monitoramento de Rede e Equipe de Suporte, na cidade de Fortaleza, com funcionamento em regime 24x7hs para atendimento e abertura de chamado.

03.05. VISTORIA PRÉVIA

03.05.01. O licitante poderá vistoriar, num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas anteriores ao certame licitatório, os locais descritos na Tabela de Links a fim de comprovar as condições de instalação e execução dos serviços. O agendamento das visitas poderá ser feito com a Célula de Tecnologia da Informação pelo telefone (85) 3101.2753/3101.2755 e realizado nos horários de 08:00h às 17:00h;

03.05.02. Não será motivo de inabilitação do licitante a não realização da vistoria prévia, porém, a empresa(vencedora) estará assumindo os riscos com despesas adicionais, visto que não poderá alegar desconhecimento das condições de trabalho para justificar qualquer tipo de impossibilidade de execução dos serviços porquanto os ambientes estão abertos para visitas que possibilitem a inclusão de quaisquer previsões orçamentárias mediante julgamento individual de cada licitante, para compor o orçamento que irá gerar sua proposta.

03.06. PRAZO DE INSTALAÇÃO E INÍCIO DOS SERVIÇOS

03.06.01. O prazo de entrega dos serviços de comunicação de dados com os links plenamente operacionais e em conformidade com o especificado neste Termo de Referência será de no máximo 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

04. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

04.01. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

04.02. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

04.03. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

04.04. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser argüido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

04.05. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

04.06. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto Contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE.

05. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

05.01. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Autorização de Serviços

05.02. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

05.03. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

05.04. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

05.05. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

05.06. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

06. PAGAMENTO

06.01. O pagamento será efetuado até 10 (dez) dias contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Recibo, devidamente atestada pelo gestor da contratação, acompanhado das respectivas Notas Fiscais, e das **Provas de Regularidades com as fazendas Estadual e Municipal** e das **Provas de Regularidades da Fazenda Federal (Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS), FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, diretamente na Sede Estadual do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, sito a Av. da Universidade, 2596 – Benfica, Fortaleza – Ce. A nota fiscal deverá conter o atesto de serviço executado devidamente assinado pelo técnico responsável do IDT.

06.01.01. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

06.02. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

06.03. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

06.04. A CONTRATADA emitirá Notas Fiscais/Faturas correspondente ao serviço de emissão de passagens terrestre conforme solicitação feita pela CONTRATANTE.

06.05. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

06.06. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação, em virtude de penalidade imposta à CONTRATADA ou inadimplência contratual, inclusive quanto a não apresentação do demonstrativo dos serviços prestados.

06.07. A critério do CONTRATANTE poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

07. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

07.01. O licitante que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 32, do Decreto Estadual nº 28.089/2006, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, estará sujeito às seguintes penalidades:

07.01.01. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

07.01.02. Impedimento de licitar e contratar com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

07.02. O licitante recolherá a multa por meio de pagamento na Tesouraria do IDT podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão Contratante. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

07.02.01. As multas porventura aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pela Contratante ou cobradas diretamente da Contratada, administrativa ou judicialmente, e podendo ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

07.02.02. O atraso injustificado no prazo de fornecimento implicará multa correspondente a 3,33% (três vírgula trinta e três por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato ou da parcela dos serviços não cumprida, até o limite de **10%** (dez por cento) desse valor.

07.02.03. Na hipótese mencionada no item anterior, o atraso injustificado por período **superior a 05(cinco) dias** caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a rescisão unilateral do contrato e suas consequências, e da aplicação da sanção prevista no item 07.01.02.

07.02.04. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da Contratante.

07.03. Sempre que não houver prejuízo para a Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

07.04. As aplicações das penalidades serão precedidas de concessões de oportunidades de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

08. CONTROLE DA EXECUÇÃO

08.01. Nos termos do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93, acompanhada e fiscalizada pelo Gestor do contrato, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e atestará as notas fiscais/faturas de serviço, para fins de pagamento.

08.02. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

08.03. O Gestor do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

09. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

09.01. Constar declaração expressa de que nos preços, estarão incluídas todas as despesas necessárias para a execução dos serviços, impostos e taxas, seguro e quaisquer outros insumos necessários à execução dos serviços, objeto do presente Termo de Referência.

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.01. A vigência dos Contratos oriundos deste processo, será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo, no interesse da administração, mediante Termo Aditivo, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada a sua duração a 60 (sessenta) meses, “ex-vi” do disposto no Inciso II, do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

Sheila Maria Freire Cunha
Diretora Administrativa-Financeira do IDT

ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL

(Utilizar papel timbrado da instituição).

Ao: **Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT**

Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Pregão Eletrônico: ___/20__

A proposta comercial encontra-se em conformidade com as informações previstas no Edital e seus anexos.

1. Identificação do Licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual
- Endereço completo
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF, domicílio)
- Telefone, celular, fax, e-mail
- Banco, Agência e nº da Conta Corrente

2. Condições Gerais da Proposta:

- a) A presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço:

Nossa proposta de preço para o objeto da licitação em epígrafe é de **R\$ _____** (_____), estando inclusos neste preço final todos os impostos, tributos, encargos trabalhistas e custos de transporte e de fornecimento que por ventura venham a incidir.

Lote N° _____

Item	Unidades de Atendimento	Velocidade em Mbps	Estações de rede	Valor Unitário	Valor Total
01	SEDE DO IDT	100	362		
02	DATA CENTER (link de comunicação com storage backup)	20	-		
03	SNOC (monitoramento dos firewalls)	5	-		
04	UNIDADE DE ATENDIMENTO DA ALDEOTA	5	17		
05	UNIDADE DE ATENDIMENTO AQUIRAZ	5	8		
06	UNIDADE DE ATENDIMENTO DA BARRA DO CEARA	5	16		
07	UNIDADE DE ATENDIMENTO DA CAUCAIA	5	11		
08	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE CASCAVEL	5	7		
09	UNIDADE DE ATENDIMENTO DO CENTRO	5	67		
10	UNIDADE DE ATENDIMENTO DO CTA	5	15		
11	UNIDADE DE ATENDIMENTO DO EUSÉBIO	5	6		
12	UNIDADE DE ATENDIMENTO HORIZONTE	5	9		
13	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE MARACANAU	5	18		
14	UNIDADE DE ATENDIMENTO MARANGUAPE	5	9		

15	UNIDADE DE ATENDIMENTO MESSEJANA	5	25		
16	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE PACAJUS	5	8		
17	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE PACATUBA	5	8		
18	UNIDADE DE ATENDIMENTO DA PARANGABA	5	33		
19	UNIDADE DE ATENDIMENTO PECÉM	5	11		
20	BALCÃO DE EMPREGO CDL	5	2		
21	BALCÃO DE EMPREGO DO SHOPPING BENFICA	5	3		
22	BALCÃO DE EMPREGO DO SHOPPING DIOGO	5	3		
23	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE ARACATI	5	8		
24	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE BARBALHA	5	6		
25	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE BATURITÉ	5	4		
26	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE CAMOCIM	5	8		
27	UNIDADE DE ATENDIMENTO CANINDÉ	5	6		
28	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE CRATEÚS	5	8		
29	UNIDADE DE ATENDIMENTO DO CRATO	5	8		
30	UNIDADE DE ATENDIMENTO IGUAÚ	5	9		
31	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE ITAPIPOCA	5	7		
32	UNIDADE DE ATENDIMENTO JUAZEIRO DO NORTE	5	12		
33	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE LIMOEIRO DO NORTE	5	9		
34	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE MORADA NOVA	5	5		
35	UNIDADE DE ATENDIMENTO QUIXADÁ	5	10		
36	UNIDADE DE ATENDIMENTO QUIXERAMOBIM	5	7		
37	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE RUSSAS	5	9		
38	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE SOBRAL	5	19		
39	UNIDADE DE ATENDIMENTO TAUÁ	5	5		
40	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE TIANGUA	5	4		
41	UNIDADE DE ATENDIMENTO DE UBAJARA	5	8		
42	SEDE DO PROJÓVEM	1.024	46		
43	POLO DE QUIXERAMOBIM	5	8		
44	POLO DE TIANGUA	5	13		
VALOR TOTAL R\$					

Assinatura/identificação do nome
RG e cargo do representante legal da LICITANTE

ANEXO III

DECLARAÇÃO ESPECIAL

(Utilizar papel timbrado da instituição).

Ao

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO – IDT

Av. da Universidade, 2596 – Benfica – Fortaleza/CE

PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/20__

A empresa, inscrito no CNPJ n.º,
por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a), portador (a) da
Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º DECLARA,
para fins desta licitação:

- a) que recebeu e estudou todos os documentos inerentes à presente competição e tomado conhecimento integral do teor do edital de licitação supracitado, sujeitando-se às disposições nele contidas;
- b) que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo se na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos;
- c) que não está suspensa do direito de licitar e que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e/ou com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, bem como comunicará qualquer fato ou evento superveniente quanto à habilitação ao certame supra;
- d) que na composição societária não existe participação de dirigentes ou empregados da entidade promotora da licitação.

Concorda e submete-se a todas e cada uma das condições impostas pelo referido edital.

Data e local

Assinatura/identificação do nome
RG e cargo do representante legal da LICITANTE

ANEXO IV

REPRESENTANTE LOCAL
(no caso de empresa domiciliada fora de Fortaleza)

PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/20__

Razão Social: _____ CNPJ/MF: _____

Endereço: _____ Tel/Fax: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Banco: _____ Agência: _____ c/c: _____

Dados do Representante LOCAL da Empresa no município de Fortaleza:

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Telefone: () _____ Celular: () _____

e-mail: _____

Cart. Ident. n.º: _____ Expedido por: _____

CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Local e data.
Identificação e assinatura.

**OBS: Anexar cópias do RG e comprovante de endereço.
Utilizar papel timbrado da instituição.**

ANEXO V

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° ____/20__

Aos ____ dias do mês de _____ de 2.01__, o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, inscrito no CNPJ 02.533.538/0001-97 - Inscrição Estadual isenta, com sede na Av. da Universidade n° 2596, Benfica, Fortaleza-CE por sua Diretoria em face do Pregão Eletrônico n° ____/2.0__, resolvem Registrar o(s) Preço(s) da empresa _____, inscrita no CNPJ sob. n° _____, neste ato representada por seu representante legal _____, CPF n° _____, observadas as condições constantes do Edital, da proposta da empresa, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento fundamenta-se:

- No Pregão Eletrônico n° ____/2.0_____.
- Na Lei Federal n.º 8.666, de 21.6.93 e suas alterações e Lei N.º. 10.520, de 17/07/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços, visando futuras e eventuais contratação de empresa especializada na prestação do serviço de Rede Virtual Privada (VPN) com monitoramento proativo entre a Sede e as Unidades de Atendimento do SINE/IDT, nas velocidades e tipos de acesso, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico n° ____/2.0__ que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo n° ____/2.0__.

2.1.1. Este instrumento não obriga o IDT a firmar contratações exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas obedecidas à legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Em decorrência desta Ata, o participante do SRP poderá firmar contratos com os prestadores e serviços, com preços registrados, devendo comunicar ao órgão gestor, a recusa do detentor de registro de preços em executar o serviço no prazo estabelecido pelas Coordenações participantes.

4.1.1. O prestador do serviço terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

4.1.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:

- a) Atender aos pedidos efetuados pela (s) Coordenação(ões) participante(s) do SRP, bem como aqueles decorrentes de remanejamento registrados nesta Ata, durante a sua vigência.
- b) Executar os serviços ofertados, por preço unitário registrado, nas quantidades indicadas no Edital e Termo de Referência.
- c) Indicar representante que tenha estabelecimento no município de Fortaleza/Ceará, para representá-la durante a execução do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados são os preços unitários ofertados na(s) proposta(s) da(s) signatária(s) desta Ata, anexo a este instrumento e servirão de base para futuras execuções de serviços, observadas as condições de mercado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O(s) preço(s) registrado(s) é(são) fixo(s) e irrevogável(is) durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sendo entretanto, admitido o reequilíbrio econômico/financeiro, na hipótese de alterações do preço registrado em relação aos valores praticados no mercado, seja em decorrência da elevação ou redução.

7.2.1. Para estas revisões de preços, fica resguardado o limite definido pelo índice IPCA/IBGE (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado nos últimos doze meses, ou outro índice que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) deixar de cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- c) quando, justificadamente, não for mais do interesse do IDT.

8.2 O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas no subitem 8.1, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será precedido de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

8.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO

9.1. Os serviços que poderão advir desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual a ser celebrado entre o órgão participante/interessado e o prestador de serviço.

9.1.1. Caso o fornecedor classificado em primeiro lugar, não cumpra o prazo estabelecido pelo órgão participante, ou se recuse a executar o serviço, terá o seu registro de preço cancelado, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e no instrumento contratual.

9.1.2 - Neste caso, serão convocados sucessivamente por ordem de classificação, os demais fornecedores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado até 10 (dez) dias contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Recibo, devidamente atestada pelo gestor da contratação, acompanhada da Autorização de Serviços e das **Provas de Regularidades com as fazendas Federal, Estadual e Municipal** e das **Provas de Regularidades com a Seguridade Social – INSS, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, diretamente na Sede Estadual do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, sito à Av. da Universidade, 2596 – Benfica, Fortaleza – Ce. A nota fiscal deverá conter o atesto de serviço executado devidamente assinado pelo técnico responsável do IDT.

10.2. Os pagamentos serão realizados, mediante emissão de cheque nominal ou depósito em conta bancária.

10.3. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à Contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

10.4. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.5. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

10.6. Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação de qualquer parte do fornecimento, o prazo de pagamento será interrompido e reiniciado após a correção pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pela inexecução total ou parcial desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderão ser impostas à contratada as seguintes penalidades:

I. Cancelamento dos pedidos não entregues.

II. Obrigação de indenizar o IDT pelas perdas e danos causados.

III. Cancelamento do Registro de Preços.

IV. Advertência.

V. O atraso injustificado no prazo de fornecimento implicará multa correspondente a 3,33% (três vírgula trinta e três por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato ou da parcela dos serviços não cumprida, até o limite de 10% (dez por cento) desse valor.

VI. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o IDT, por um período não superior a 02 (dois) anos.

VII. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o IDT.

13.2. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro do município da capital do Estado do Ceará, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Fortaleza, _____ de _____ 20____.

Antônio Gilvan Mendes de Oliveira
Presidente do IDT

Representante Legal da Empresa

TESTEMUNHAS:

Nome _____
CPF: _____
RG: _____

Nome _____
CPF: _____
RG: _____

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO Nº _____ / 201__

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO – IDT, E, DO OUTRO, A EMPRESA, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA

O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO - IDT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.533.538/0001-97, sito na Avenida da Universidade, 2596 - Benfica, CEP 60.020-180, Fortaleza / CE, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) por seu Presidente: Antônio Gilvan Mendes de Oliveira, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em Fortaleza – CE, na _____, e a _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em _____ (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº __/20__, Ata de Registro nº ____/20____, realizado de acordo com as normas da Lei N.º 10.520, de 17/07/2002, da Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, dos preceitos de direito aplicáveis, e, ainda supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº ____/20__ e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste contrato contratação de empresa especializada na prestação do serviço de Rede Virtual Privada (VPN) com monitoramento proativo entre a Sede e as Unidades de Atendimento do SINE/IDT, nas velocidades e tipos de acesso.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor global importa na quantia de R\$ _____ (_____), referente ao(s) lote(s) _____, sujeito a reajustes, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a

mediante negociações entre as partes, tendo como limite máximo a variação do IGP/DI – FGV.

4.2. As quantidades são estimadas, não havendo obrigatoriedade por parte do IDT, em demandar a sua aquisição total, sendo que somente serão pagos os serviços efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos necessários para a contratação serão conforme previsto no Contrato de Gestão N° ____/20____.

Item	Descrição

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado até 10 (dez) dias contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Recibo, devidamente atestada, pelo gestor da contratação, acompanhado das respectivas Notas Fiscais, e das **Provas de Regularidades com as fazendas Estadual e Municipal** e das **Provas de Regularidades da Fazenda Federal (Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS), FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, diretamente na Sede Estadual do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, sito à Av. da Universidade, 2596 – Benfica, Fortaleza – Ce. A nota fiscal deverá conter o atesto de serviço executado devidamente assinado pelo técnico responsável do IDT.

6.2. Os pagamentos serão realizados, mediante emissão de cheque nominal ou depósito em conta bancária.

6.3. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.5. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.6. Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação de qualquer parte do fornecimento, o prazo de pagamento será interrompido e reiniciado após a correção pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

7.1. O prazo de vigência deste contrato é de ____ (____) meses, contado a partir da sua assinatura, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal n° 8.666/1993.

7.2. O prazo de execução do objeto deste contrato deverá obedecer, as especificações e as condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico N° ____/20____.

7.3. Os prazos de vigência e de execução deste contrato poderão ser prorrogados nos termos do que dispõe o art. 57, § 1° da Lei Federal n° 8.666/1993.

7.3.1. Por ocasião da eventual prorrogação do(s) contrato(s), será apurado o preço médio dos itens licitados. Se este estiver acima do valor ajustado originariamente, a Contratada fará jus a reajuste com base no IPCA acumulado nos últimos doze meses, ou outro índice que vier a

substituí-lo, ficando a CONTRATADA obrigada a apresentar memorial descritivo dos insumos que provocaram o aumento dos preços. Caso contrário, a CONTRATADA será convidada a ofertar desconto sobre o valor, ocasião em que será avaliada a vantajosidade dessa proposta, na conformidade do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA CONTRATUAL

8.1. Não será exigida prestação de garantia para esta contratação.

CLÁUSULA NONA – DO OBJETO, DO PRAZO DE INSTALAÇÃO E INÍCIO DOS SERVIÇOS

9.1. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

9.2. O prazo de entrega dos serviços de comunicação de dados com os links plenamente operacionais e em conformidade com o especificado no Termo de Referência será de no máximo 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ESPECIFICAÇÕES/EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DO SERVIÇO

10.1. Instalação e manutenção de link VPN com banda mínima e tipo de acessos especificados na Tabela de Links

10.2. Os serviços ofertados devem incluir a disponibilização de todos os recursos de conectividade e acessórios para o efetivo funcionamento da solução ofertada, tais como modems, conversores de mídia, alimentadores DC, cabos de rede, cabos elétricos etc.

10.3. Instalação e manutenção de Roteador para cada unidade de atendimento com as seguintes especificações mínimas:

- a) CPU de 400mhz;
- b) Memória RAM 32MB;
- c) Temperatura de operação entre 0° e 40° C;
- d) 05 portas ethernet 10/100Mbps;
- e) Suporte a servidor DHCP;
- f) Suporte a NAT (Network Address Translation);
- g) Suporte a VPN IPSEC 3DES;

10.4. Instalação e manutenção de Switches de rede local, de acordo com a quantidade de estações de rede listadas na Tabela de Links, exceto para o ponto principal (Sede da Licitante), com as seguintes especificações mínimas:

- a) Temperatura de operação entre 0° e 40° C;
- b) Quantidade de portas de acordo com a coluna “QTDE DE ESTAÇÕES DE REDE” para cada unidade;
- c) Portas ethernet 10/100Mbps;
- d) Suporte a priorização de pacotes IEEE802.1p Priority Queueing (CoS);
- e) Auto MDI/MDI-X para detecção automática do padrão do cabo (normal/crossover).

10.5. Monitoramento proativo dos links e dos roteadores com os seguintes recursos:

- a) Sistema baseado no padrão WEB acessível via Internet com disponibilização de 4 (quatro) credenciais para o Licitante;
- b) Mapa geográfico com o posicionamento e status de funcionamento (alarmes) de cada unidade;
- c) Gráfico de utilização de banda em tempo real, 2 dias, 30 dias e 1 ano;
- d) Medição de disponibilidade do link das unidades de acordo com o horário de funcionamento das mesmas;
- e) Monitoramento dos recursos de CPU e memória do roteador;
- f) Relatório mensal de disponibilidade e utilização de banda de cada unidade com envio automático por e-mail;

10.6. Atender o link principal (Sede da Licitante) com fibra óptica redundante por caminhos distintos até o ponto de presença da Licitada.

10.7. Fornecer fibra apagada entre a Sede do IDT e o prédio anexo do PROJOVEM, incluindo a manutenção da fibra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- 11.1. A velocidade dos links deverá ser efetiva, full-duplex.
- 11.2. A contratada deverá comprovar que já fornece serviço de VPN com empresa ou órgão público em que possua pelo menos 20 pontos remotos no estado do Ceará.
- 11.3. Os links deverão permitir o tráfego de toda a suíte de protocolos que compõe o padrão TCP/IP e os roteadores deverão suportar o protocolo de roteamento RIP v2 (RFC 2080), incluindo suporte a encaminhamento de pacotes através de multicast.
- 11.4. Os links serão sempre implementados por meio de acessos dedicados e permanentes, utilizando qualquer tecnologia que garanta o cumprimento dos Acordos de Níveis de Serviço do Termo de Referência.
- 11.5. A CONTRATADA deverá garantir a segurança e a integridade dos dados quando os mesmo estiverem dentro de sua rede de comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pela execução do objeto deste contrato, podendo transferir parte da execução para empresa especializada, permanecendo contudo, perante a contratante, como única responsável pela execução total do objeto, de modo que, pelos atos ou omissões da sublocada, ela é plenamente responsável.
- 12.2. Entregar e executar o objeto da contratação em conformidade com as condições deste instrumento, nas quantidades, qualidade e nos prazos indicados no Termo de Referência.
- 12.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.
- 12.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.
- 12.5. Atender a todas as obrigações de natureza fiscal que incidam ou venham a incidir sobre os fornecimentos e distribuições contratados.

- 12.6. Assumir plena e irrestrita responsabilidade por qualquer acidente ou incidente ocorrido, isentando totalmente o IDT de todas e quaisquer reclamações e indenizações que possam surgir em decorrência dos mesmos.
- 12.7. Instruir seu (s) empregado (s) e/ou prepostos, para que, ao entrar (em) nas dependências do IDT, apresente(m) sua identificação ao responsável pela portaria (recepção), para fim de registro.
- 12.8. Notificar o IDT, por escrito, caso ocorra qualquer fato que impossibilite o cumprimento das cláusulas contratuais dentro dos prazos previstos.
- 12.9. Aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado.
- 12.10. Na hipótese de empresa domiciliada fora de Fortaleza, o licitante deverá indicar representante, com poder de decisão, que tenha estabelecimento no município de Fortaleza e/ou Região Metropolitana, para representá-lo durante a execução do contrato.
- 12.11. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.
- 12.12. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações do Termo de Referência, no prazo fixado pelo órgão Contratante, contado da sua notificação.
- 12.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser argüido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a Contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.
- 12.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 14, 17, e do 20 ao 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 12.15. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 12.16. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.
- 12.17. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.
- 12.18. Manter atualizada, toda a documentação de habilitação, durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 13.1. A CONTRATANTE deverá assumir as seguintes obrigações:
- 13.1.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Autorização de Serviços.
- 13.1.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- 13.1.3. Notificar a contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto contratual.

13.1.4. Aplicar as sanções e penalidades previstas no edital e no presente instrumento, na hipótese de a CONTRATADA não cumprir no todo ou em parte o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e quantidade dos serviços, arcando a referida CONTRATADA com quaisquer prejuízos que tal ato venha acarretar ao CONTRATANTE.

13.1.5. Emitir atestados de capacidade técnica quando solicitados.

13.1.6. Zelar pela pontualidade dos pagamentos decorrentes da execução do contrato, inclusive, aqueles devidos pelos beneficiários.

13.1.7. Receber provisório e definitivamente o objeto da presente aquisição com as características de quantidade, qualidade e nos prazos acima indicados.

13.1.8. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

13.1.9. Atestar o recebimento do objeto acima referido.

13.1.10. Exigir as certidões comprobatórias da regular situação da contratada para com as fazendas federal, estadual e municipal.

13.1.11. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. A execução contratual será acompanhada e supervisionada pelo (a) Sr(a). _____, _____, especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTOR, a quem competirá, entre outras atribuições:

14.1.1. Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter do IDT, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução do objeto contratado e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências.

14.1.2. Verificar a conformidade da execução do fornecimento com as normas especificadas no Termo de Referência do Edital.

14.1.3. Encaminhar à autoridade competente, fazendo juntada dos documentos necessários, relatório das ocorrências (falhas) observadas na execução do contrato, bem como as solicitações de penalidades aplicáveis pelo não cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA.

14.1.4. A ação do gestor do contrato não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

14.1.5 Ordenar à CONTRATADA troca ou substituição dos serviços e/ou produtos, no caso de defeito do objeto, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

14.1.6. Atestar o recebimento do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES

15.1. O licitante que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 32, do Decreto Estadual nº 28.089/2006, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, estará sujeito às seguintes penalidades:

15.1.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

15.1.2. Impedimento de licitar e contratar com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

15.2. O licitante recolherá a multa por meio de Pagamento na Tesouraria do IDT podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão Contratante. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

15.2.1. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou cobradas diretamente da CONTRATADA, administrativa ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

15.2.2. O atraso injustificado no prazo de fornecimento implicará multa correspondente a 3,33% (três vírgula trinta e três por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato ou da parcela dos serviços não cumprida, até o limite de **10%** (dez por cento) desse valor.

15.2.3. Na hipótese mencionada no item anterior, o atraso injustificado por período **superior a 05(cinco) dias** caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a rescisão unilateral do contrato e suas conseqüências, e da aplicação da sanção prevista no item 15.1.2.

15.2.4. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da CONTRATANTE.

15.3. Sempre que não houver prejuízo para a CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

15.4. As aplicações das penalidades serão precedidas de concessões de oportunidades de ampla defesa por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. O CONTRATADO deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **“prática conluiada”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“prática obstrutiva”**:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

16.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

16.3. Considerando os propósitos dos itens acima, o contratado deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

16.4. O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física CONTRATADA em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

17.1. Constituem motivos para rescindir o presente contrato, situações previstas nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações, sem que assista à CONTRATADA o direito de reclamar quaisquer indenizações relativas a despesas decorrentes de encargos provenientes da execução deste contrato.

17.2. O IDT, na condição de CONTRATANTE, se reserva o direito de considerar rescindido o presente contrato, em virtude do descumprimento de qualquer obrigação nele estabelecida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a CONTRATADA qualquer indenização.

17.3. O CONTRATANTE poderá, também, unilateralmente, considerar rescindido o contrato, quando não houver mais interesse de continuar com o serviço por conveniência da administração, manifestando-se por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

18.1. Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei Nº 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

18.2. O CONTRATADO, no curso da vigência contratual, se obriga a aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. A publicação resumida do presente contrato no Diário Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

20.1. A CONTRATADA declara, no ato de celebração do presente contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

20.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Fortaleza-CE.

E, por estarem de acordo com o ajustado, as partes assinam o presente instrumento, depois de lido e achado conforme perante as testemunhas que também assinam, em 03 (três) vias, de igual teor, para um só efeito jurídico.

Fortaleza, _____ de _____ 201__.

Antônio Gilvan Mendes de Oliveira
Presidente do IDT

Representante Legal da Empresa

TESTEMUNHAS:

Nome _____

Nome _____

CPF: _____

CPF: _____

RG: _____

RG: _____